



ATA Nº 14 DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Em 14-08-2025

Às treze horas do dia catorze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 250, Centro, reuniram-se os senhores Vereadores membros das Comissões Permanentes: Aleixo Princival, Cesar Martins dos Santos Edson Paulo Klemba, Paulo Cezar Popovicz, Renato PK, Sergio Mazur, Silvio Paulo Girardi e Vardelei Pereira Lopes. Também estavam presentes a Assessora Jurídica, advogada Ingrid Hassen Maurer, e a Assessora Legislativa, Arielly Thasliny de Souza. Verificado o quórum regimental das Comissões, passou-se à discussão das seguintes matérias de Leis:

- 1) Projeto de Lei de autoria do Vereador Silvio Paulo Girardi, que declara a fumicultura como atividade de relevante interesse econômico, social e cultural no âmbito do Município de Rio Azul e dá outras providências. A Assessora Jurídica abriu a reunião explanando sobre o projeto, mencionando que propostas similares já foram aprovadas em outros municípios produtores de tabaco. O vereador autor defendeu a matéria, afirmando que o objetivo é valorizar e dar maior visibilidade à cultura do tabaco, especialmente em municípios onde a atividade é economicamente significativa. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.
- 2) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei nº 777/2015, de 24 de junho de 2015. A Assessora Jurídica ressaltou que, diante da prorrogação do Plano Nacional de Educação, os municípios devem também adequar seus planos locais, conforme as diretrizes nacionais. Durante a discussão, os membros das comissões abordaram ainda a Lei Municipal nº 849/2017, que trata sobre vendedores ambulantes nas escolas, e solicitaram que esta seja incluída na pauta da próxima reunião para análise. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.
- 3) Projeto de Lei de autoria do Vereador Edson Paulo Klemba, que dispõe sobre a obrigatoriedade de respostas claras, objetivas e fundamentadas do Poder Executivo Municipal aos requerimentos de informação da Câmara Municipal e dá outras providências. Os vereadores relataram que as respostas aos requerimentos enviados ao Executivo ou às secretarias municipais têm sido genéricas ou incompletas, direcionando-os apenas ao site da transparência. A Assessora Jurídica esclareceu que a obrigação de resposta já é prevista legalmente, por isso não impõe obrigações ao Executivo, e ainda reforça a necessidade de cumprimento efetivo e formal. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.



- 4) Projeto de Lei de autoria da Vereadora Jussara Martins, que dispõe sobre a concessão de prioridade no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Assessora Jurídica destacou que a Lei Federal nº 12.764/2012 já assegura prioridade de atendimento a pessoas com TEA, mas concordou que a legislação municipal pode reforçar e detalhar esse direito localmente. Os vereadores decidiram, por emenda, substituir a expressão “crianças autistas” por “pessoas com Transtorno do Espectro Autista”, tornando o texto mais abrangente e alinhado à legislação federal. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.
- 5) Projeto de Lei de autoria da Vereadora Jussara Martins, que dispõe sobre a redução da carga horária de servidores públicos municipais que sejam pais ou responsáveis legais de crianças ou adolescentes com deficiência, doença grave ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Assessora Jurídica esclareceu que a proposta implica impacto orçamentário e de pessoal, devendo, portanto, ser de iniciativa exclusiva do Executivo. O vereador Edson sugeriu que a matéria seja apresentada como indicação ao Executivo, propondo redução de até 30% (trinta por cento) da carga horária, em vez dos 50% (cinquenta por cento) previstos no projeto original.
- 6) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que autoriza receber em doação o imóvel de propriedade do Juventude Esporte Clube e dá outras providências. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.
- 7) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que fica alterado o Anexo VII, da Lei Municipal nº 561/2010, de 07 de dezembro de 2010, Planta de Uso e Ocupação do Sol Urbano de Rio Azul (Plano Diretor), e dá outras providências. O vereador Aleixo destacou a necessidade de aprovação do projeto até o dia vinte deste mês, para possibilitar o cadastramento necessário à obtenção de recursos. A Assessora Jurídica alertou que o projeto deveria estar acompanhado de estudo de impacto financeiro, cuja elaboração é de responsabilidade do Executivo, visto que é o autor da proposição. Foi sugerido o envio de ofício ao Instituto Água e Terra (IAT), órgão estadual de fiscalização ambiental, para que se manifeste sobre eventuais impedimentos ou exigências legais relacionadas à alteração do uso e ocupação do solo. As comissões manifestaram-se favoráveis à tramitação da matéria, condicionando a continuidade da análise à apresentação do estudo de impacto pelo Executivo e à manifestação do IAT. Consultadas, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, manifestaram-se votos favoráveis à tramitação da matéria.
- 8) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que dispõe sobre a administração dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Município de Rio Azul - PR e dá outras providências. Dada a complexidade do tema, os membros das comissões decidiram estudar mais profundamente a matéria. O projeto permanece em análise.
- 9) Projeto de Lei oriundo do Executivo, que dispõe sobre o serviço de transporte escolar público no Município de Rio Azul - PR e dá outras providências. Os vereadores levantaram a possibilidade de incluir a instalação de câmeras de segurança nos ônibus escolares, em razão de denúncias de



RIO AZUL

PARANÁ

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

assédio envolvendo motoristas e usuários do transporte. A proposta será melhor avaliada na próxima reunião. Ao ser constatado que nada mais havia a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião da qual eu, Thasliny, Arielly Thasliny de Souza, secretária designada, lavrei esta Ata que lida e achada conforme assinam os presentes.

Aleixo Princival

Cesar Martins dos Santos

Edson Paulo Klemba

Paulo Cezar Popovicz

Renato PK

Sergio Mazur

Silvio Paulo Girardi

Vanderlei Pereira Lopes